

## **Apresentação – Dossiê História e Etnicidade**

Presentation – Dossier History and Ethnicity

Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro\*

A revista **Cadernos de História** chega a mais uma edição temática com a publicação do Dossiê História e Etnicidade. Os artigos reunidos neste número por nossos pesquisadores colaboradores apresentam instigantes trabalhos alinhados às discussões sobre tema intensamente recorrente no atual meio acadêmico.

No editorial deste dossiê, convidamos o pesquisador italiano Massimo Canevacci para apresentar suas recentes investigações envolvendo as conexões entre história, antropologia e etnografia. Em seu trabalho, “Composições etnográficas”, Canevacci discorre sobre as transformações culturais no processo de globalização e sua relação com as realidades locais, a partir de novos mecanismos de produção comunicacional entre os grupos étnicos. Nessa ótica, o pesquisador destaca que a era digital alterou e conectou os métodos de como as comunidades locais se relacionam com o contexto global no que concerne aos mecanismos de autorrepresentação de subjetividades e na construção de suas histórias. Assim, importantes termos e expressões como “hetero-representação”, “meta-fetichismo” e “facticidade” são apresentados e definidos pelo autor para o entendimento da etnicidade, compreendida pelos vínculos de pertencimento, no cenário contemporâneo a partir de “quem representa” e “quem é representado”, complexa relação na qual ele denomina de “divisão comunicacional do trabalho”.

Nos dois primeiros artigos desse dossiê, destacam-se o percurso de determinadas comunidades africanas na constituição de um sincretismo cultural brasileiro, percebidas pela interação afroindígena amazônica e também pelo candomblé baiano. No primeiro caso, é o título de Agenor Sarraf Pacheco, “Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia marajoara”, cujo propósito é realçar as intersecções tecidas por índios e negros desde o período colonial na região da ilha de Marajó, no Estado do Pará. O autor apresenta vários questionamentos que o instigaram a pesquisar os traços étnicos das populações marajoaras, sobretudo, seus afrodescendentes. Nessa ótica, Pacheco estima

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor do Departamento de História da PUC Minas. Editor Gerente dos Cadernos de História.

que a chegada dos primeiros africanos aos campos e florestas marajoaras ocorreu por volta de 1644, trazidos pelos portugueses para servirem como mão de obra escrava na exploração de drogas do sertão, cultivo da cana de açúcar e da mandioca. Os latifúndios e aldeamentos jesuíticos que ali se estabeleceram contavam com negros e indígenas na execução do trabalho compulsório que, conseqüentemente, resultaram em resistências, fugas e práticas de solidariedade na constituição de mocambos e quilombos na região.

Já o artigo do pesquisador português João Ferreira Dias, “Candomblé é a África: esquecimento e utopia no candomblé jeje-nagô”, também destaca a interação brasileira com a diáspora africana, todavia, na conjuntura baiana da virada do século XIX para o século XX. O autor aponta que a narrativa do candomblé não se constitui pela linearidade ou por um ideal de continuidade resultante da recriação simples de costumes africanos transportados para o Brasil. Assim, a partir de povos iorubás e ewe-fon, transformados em escravos no período colonial, o autor destaca os rearranjos rituais desses grupos étnicos, muitas vezes representantes de reinos rivais africanos, e como engendraram uma nova realidade religiosa compartilhando com o catolicismo popular suas memórias, similitudes culturais e esquecimentos.

Nos três artigos seguintes, apresentamos pesquisas que dialogam com a temática indígena e quilombola no nordeste e no centro-oeste brasileiros. No artigo “Não somos selvagens: cultura política dos índios no Ceará (1799-1822)”, João Paulo Peixoto Costa investiga que as comunidades indígenas cearenses – à época da transição entre colônia e império –, no propósito de receber benefícios e garantias, estrategicamente buscavam se identificar enquanto súditas da Coroa Portuguesa. Segundo o autor, a intenção dos grupos étnicos indígenas em planejar resistências e reações estava longe de ser desarticulada e puramente violenta. Já a pesquisadora Maria Jorge dos Santos Leite colabora aqui com sua pesquisa intitulada “Quilombolas e indígenas: inter cruzamentos, identidades e conflitos no sertão de Pernambuco”, cujo objetivo é analisar o processo de construção identitária da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, no sertão do Estado pernambucano, identificando as interações étnicas e as interconexões culturais de seus habitantes com a aldeia indígena Atikum. Para arrematar a temática indígena e quilombola nessa série de artigos, Luciana de Oliveira, Tônico Benites e Rui de Oliveira Neto, em pesquisa conjunta intitulada “Sacrifício e quase-acontecimento: apontamentos sobre a visibilidade da luta pela terra dos povos indígenas Guarani e Kaiowa”, apresentam o histórico de opressão e confinamento desses grupos étnicos estabelecidos na região sul-mato-grossense e como se rearticularam na

contemporaneidade para expor suas recorrentes demandas, sobretudo, no que concerne ao direito aos seus territórios frente ao agronegócio. Os pesquisadores afirmam que, embora provocando intensas disputas e controvérsias, as comunidades indígenas Guarani e Kaiowa alcançaram visibilidade ao se utilizarem das mídias sociais na reprodução de narrativas, lutas e demandas referentes à preservação ambiental, demarcação de terras e autodeterminação étnica, embasadas em princípios garantidos pela carta constitucional e pelo Estatuto dos Povos Indígenas. Os pesquisadores lançam mão de atualizados dados quantitativos para demonstrar o descaso pelo direito indígena por parte do poder público, ilustrado aqui por números alarmantes e assustadores de suicídio e alcoolismo, além de violentas disputas históricas pela terra travadas com os fazendeiros do agronegócio na região do estado de Mato Grosso do Sul.

Neste número também é discutida a relação conceitual entre musealização e patrimonialização. É o que faz Janaina Cardoso de Mello no artigo “Entre a farroupilha e a redenção: negros percursos museológicos na terra do chimarrão”. A autora utiliza-se de um amplo debate acadêmico acerca das novas definições, orientações e práticas museológicas no campo patrimonial para analisar o Museu do Percurso de Porto Alegre que – entre os anos 2008 e 2011 –, foi idealizado e iniciou seus projetos em curso. Janaina Mello pontua que tal investida sintoniza-se com a atual noção de museu de território (ou museu a céu aberto ou museu de percurso) no sentido de ressignificar trajetórias e territorialidades percorridas ou apropriadas, no caso em questão, por comunidades étnicas negras africanas presentes desde a época colonial em Porto Alegre (RS). A autora afirma que a presença negra no sul do Brasil é comumente negligenciada pela historiografia regional ao se priorizar a figura do gaúcho e seus estereótipos que evidenciam o branqueamento de costumes e lugares de memória naquela parte do país.

Em seguida, os pesquisadores José Jorge Siqueira e Ignacio José Godinho, nos respectivos artigos “Modelos de desenvolvimento, economia política e a questão do negro no Brasil” e “Ações afirmativas e o horizonte normativo da democracia racial” discutem o descaso e a imobilidade do Estado brasileiro frente às políticas públicas em relação à população afrodescendente. Os autores utilizam-se de amplo suporte bibliográfico e percorrem a trajetória dos modelos econômicos nacionais – do capitalismo agroexportador ao desenvolvimentismo – e destacam como o branqueamento e o descaso com a educação e com a população ex-escrava e suas gerações posteriores foi encoberto pela internalização da suposta democracia racial, agravando os abismos de desigualdade socioeconômica no país.

O artigo “Sírios, libaneses e judeus – paradoxo entre o grupo e a nação: participação e restrição em Belo Horizonte nos anos 1930 e 1940”, produzido por Júlia Calvo e Pedro Henrique da Silva Carvalho, analisa a presença dos grupos estrangeiros que imigraram para a capital mineira e como se organizaram em associações, estilos de vida e laços de sociabilidade, além das práticas econômicas que passaram a desempenhar no comércio da cidade. Os coautores destacam que tais grupos estrangeiros se organizaram em comunidades étnicas integradas por fortes vínculos de pertencimento e solidariedade, representadas pela União Síria e União Israelita de Belo Horizonte. Os pesquisadores discutem a discriminação sofrida por esses grupos étnicos institucionalizados, através de ações repressoras do Estado brasileiro durante as décadas de 1930 e 1940.

A perspectiva étnica na conjuntura africana também é debatida neste dossiê. Danilo Ferreira da Fonseca analisa no artigo “Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957”, a realidade de Ruanda – país situado na região centro-oriental do continente africano –, que mergulhou em intensos conflitos internos após o processo de emancipação política frente ao domínio belga, repercutido principalmente pelo famoso genocídio ocorrido em 1994. O autor destaca o processo de pertencimento, de interação e de conflito acerca da etnicidade dessas duas comunidades ruandesas na segunda metade da década de 1950 na articulação de diferentes projetos de independência pensados para o país.

E, por fim, integra a sequência de publicações desse dossiê, a conferência de Jocélio Teles dos Santos, “Da cultura exótica à ótica das culturas”. Nesta comunicação, o pesquisador analisa o conceito de cultura a partir de suporte teórico embasado por textos de Montaigne, Voltaire e Rousseau, e destaca como tal temática da diferenciação cultural foi produzida pela imprensa, pelos viajantes e pela literatura no Brasil oitocentista.

Vale informar aos leitores e colaboradores que esse primeiro número de 2016 traz um novo projeto gráfico da revista Cadernos de História. Nesse sentido, visando atender melhor a todos os critérios de qualidade para periódicos acadêmicos, estamos nos adaptando às diretrizes colocadas pela CAPES/QUALIS, bem como passamos a utilizar as orientações da NBR 6021/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, seguindo assim a recomendação da Scielo.

Agradecemos mais uma vez a equipe do Setor de Revisão da PUC Minas, especialmente, aos professores Gilberto Xavier e Daniella Lopes, e aos estagiários Laila

Xavier e Roberto Barcelos. Agradecemos também ao chefe do Departamento de História da PUC Minas, professor Edison Gomes, e ao diretor da Editora PUC Minas, professor Paulo Agostinho Nogueira Baptista. Agradecemos ainda aos membros do Conselho Editorial dos Cadernos de História, especialmente, aos professores Virgínia Maria Trindade Valadares e Rafael Pacheco Mourão. Ressaltamos que todas essas pessoas foram importantíssimas para tornar possível essa publicação.

Portanto, através dos artigos aqui publicados, os **Cadernos de História** ratificam ser um amplo espaço de discussão acadêmica que contribui com o diálogo transdisciplinar ao reunir nesse número instigantes pesquisas sobre História e Etnicidade. Desejamos a todos uma boa leitura!